Mediação familiar em Braga e o papel do Advogado de Família Nem todos os conflitos familiares precisam de um *advogado família* juiz para serem resolvidos. Em muitos casos, o que falta não é uma sentença, mas um espaço seguro onde as duas partes consigam voltar a falar uma com a outra. A mediação familiar existe precisamente para isso, como alternativa ao litígio, e pode ser útil em divórcios, na organização da vida dos filhos ou em heranças entre irmãos. Na mediação, um mediador imparcial ajuda as partes a identificar os pontos de desacordo e a construir, elas próprias, uma solução. O mediador não decide nem dá razão a ninguém. A participação é voluntária, as conversas são confidenciais e o resultado, quando há acordo, pode depois ser formalizado pelas vias próprias. Existe em Portugal um sistema público de mediação familiar, além de mediadores que trabalham de forma independente. Há quem pense que, ao optar pela mediação, deixa de precisar de advogado. Não é bem assim. Um advogado de família tem um papel importante antes, durante e depois da mediação. Antes, explica ao cliente os seus direitos e o que a lei prevê, para que entre na conversa informado. Durante, pode aconselhar sobre as propostas em cima da mesa. Depois, ajuda a transformar o acordo num documento juridicamente sólido, por exemplo um acordo de regulação das responsabilidades parentais.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

A mediação não é adequada a todas as situações. Quando existe violência doméstica, um forte desequilíbrio de poder entre as partes ou falta total de vontade de negociar, outros caminhos tendem a ser mais seguros. Também há casos em que uma das partes usa a mediação apenas para ganhar tempo. Um advogado família em Braga ajuda a avaliar, com honestidade, se a mediação faz sentido naquele caso concreto. Na QUOR Advogados, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente em Braga assuntos de direito da família e privilegia soluções negociadas sempre que isso protege o cliente e, quando há filhos, o superior interesse da criança. A firma trabalha com linguagem clara, transparência total no orçamento e sigilo profissional. Quem procura um advogado de família em Braga que valorize o acordo sem abdicar da defesa firme dos direitos encontra aqui acompanhamento contínuo pelo mesmo advogado. Para perceber se a mediação pode ajudar no seu caso, marque a consulta inicial de 70€, com análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de https://jarednhvq358.pinehavenscope.com/posts/casais-internacionais-e-casamento-com-estrangeiros-advogado-de-familia-em-braga ação, sem compromisso. Presencial em Braga, na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, ou online. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado de Família em Braga O que faz um advogado de família em Braga? Um advogado de família acompanha divórcios, partilhas, responsabilidades parentais, processos de maior acompanhado e heranças, procurando primeiro soluções por acordo. Na QUOR Advogados, estes assuntos estão organizados em quatro áreas: Divórcio e Partilha, Responsabilidades Parentais, Maior Acompanhado e Herança e Testamento. Quando não há entendimento, o advogado representa o cliente no tribunal. O divórcio por mútuo consentimento pode ser feito na conservatória? Sim. Quando há acordo, o divórcio pode ser tratado na Conservatória do Registo Civil, ou em tribunal em certas situações. É preciso apresentar acordos sobre a casa de morada de família, as responsabilidades parentais dos filhos menores, os alimentos entre cônjuges quando existam e uma relação dos bens comuns. A QUOR prepara estes acordos e explica cada um em linguagem clara. E se o outro cônjuge não quiser o divórcio? Nesse caso, o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges corre no tribunal, no juízo de família. Em Braga, trata-se do Juízo de Família e Menores do Tribunal Judicial da Comarca de Braga. A Dra. Paula Pratinha acompanha presencialmente estes processos no escritório da Praça da República. Como funciona a partilha de bens depois do divórcio? A partilha depende do regime de bens do casamento, e a comunhão de adquiridos aplica-se quando não houve convenção antenupcial. Pode ser feita por acordo entre os ex-cônjuges ou por inventário quando não há entendimento. A QUOR analisa o património e as dívidas do casal e apresenta um orçamento claro antes de avançar. O que inclui a regulação das responsabilidades parentais? Inclui a forma de decidir as questões de particular importância, a residência dos filhos, o regime de convívio com o outro progenitor e a pensão de alimentos. Pode ser feita por acordo ou pelo tribunal, sempre no superior interesse da criança. A QUOR ajuda a redigir acordos concretos, pensados para a rotina real de cada família. A residência alternada é possível? É uma possibilidade que o tribunal pode ponderar, sempre no superior interesse da criança, e que os pais também podem acordar entre si. Depende de fatores como a distância entre as casas, a escola e a capacidade de comunicação entre os pais. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente em Braga estes processos e ajuda os pais a avaliar, com honestidade, se a solução é viável. A pensão de alimentos pode ser alterada? Sim. As responsabilidades parentais, incluindo a pensão de alimentos, podem ser alteradas quando as circunstâncias mudam, por acordo formalizado ou por decisão do tribunal. Até lá, vale o valor em vigor. A QUOR responde em 24 horas úteis a quem precisa de rever um acordo antigo. O que é o regime do maior acompanhado? É o regime que substituiu a interdição e a inabilitação, para apoiar adultos que não conseguem exercer plenamente os seus

direitos. É decidido pelo tribunal, com medidas à medida de cada pessoa e respeitando a sua autonomia sempre que possível. Na QUOR, o Maior Acompanhado é uma das quatro áreas de Família. Como se resolve uma herança entre irmãos? O primeiro passo é a habilitação de herdeiros, seguida da identificação de todos os bens e da verificação de testamento. A partilha pode ser feita por acordo ou por inventário, respeitando a quota legítima dos herdeiros legitimários: cônjuge, descendentes e ascendentes. A Dra. Paula Pratinha trabalha também em Imobiliário, o que ajuda quando há casas e terrenos a partilhar. Quanto custa a primeira consulta? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Se decidir avançar, sabe quanto vai pagar antes de começar, com orçamento claro. Pode marcar pelo +351 939 709 888 ou pelo email info@quor.pt. É possível tratar de um assunto de família à distância? Sim. A QUOR faz consultas online por videochamada em qualquer ponto de Portugal e no estrangeiro, uma opção muito usada por emigrantes com heranças ou divórcios em Portugal. Os documentos podem ser enviados em formato digital, de acordo com o lema Justiça Ecológica, Menos Papel e Mais Planeta. Onde fica o escritório e que zonas acompanham? O escritório fica na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, no centro de Braga, com atendimento das 9h às 18h. A QUOR acompanha assuntos de família de todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e Vila Verde, e tem ainda escritórios no Porto e em Esposende. A firma tem uma avaliação de 4,9 no Google.